

Ódio e tempo da política – agenciamentos, discursos e dualidades. O artigo tem por objetivo analisar o ódio como expressão política no Brasil, em período que circunda as duas últimas eleições presidenciais (2018, 2022). Reflete sobre a descontextualização da política no espaço e tempo, polarizando-se nas redes sociais, nas ruas e ambientes privados. A extensão do *tempo da política* fortaleceu a radicalidade de ações agenciadas pelo discurso do ódio e alimentadas pela personalização de lideranças e descrença no funcionamento das instituições. A investigação adotou uma perspectiva etnográfica, privilegiando lugares e formas de observação do objeto adequadas a uma postura analítica que valoriza as articulações entre teoria e vida cotidiana.

PALAVRAS-CHAVE: dualidades; ódio; redes sociais; tempo da política.

Hate and time of politics – agencies, discourses and dualities. The article aims to analyze hate as a political expression in Brazil, in the period surrounding the last two presidential elections (2018, 2022). It reflects on the decontextualization of politics in space and time, polarizing on social networks, on the streets and in private environments. The extension of the political period strengthened the radicality of actions driven by hate speech and fueled by the personalization of leadership and disbelief in the functioning of institutions. The investigation adopted an ethnographic perspective, privileging places and ways of observing the object suitable for an analytical stance that values the connections between theory and everyday life.

KEYWORDS: dualities; hate; social networks; *time of politics*.

IRLYS ALENCAR F. BARREIRA

Ódio e *tempo da política* **– agenciamentos, discursos** **e dualidades**

INTRODUÇÃO

É notória a recorrência da palavra ódio para referir-se a acontecimentos circunscritos, nos últimos anos, ao mundo da política no Brasil. Conversas cotidianas, mensagens em redes sociais, publicações acadêmicas e reportagens nos meios de comunicação apontam uma associação surpreendente entre ódio e política, evocando o que a antropologia considera ser um bom tema para pensar (Lévi-Strauss, 1970).

As manifestações de ódio como ação política mediadas por mecanismos populistas, no período referente às duas últimas eleições presidenciais no Brasil (2018 e 2022), incluindo acontecimentos cotidianos e mobilizações coletivas antecedentes (2013, 2016 e 2017), dão substrato ao desenvolvimento das ideias deste artigo. O discurso de ódio, entendido inicialmente como conjunto de hostilidades, ameaças de esvaziamento institucional e quebra de regras de civilidade será tratado como linguagem significativa da política no Brasil no período pesquisado, a conduzir a análise para suas expressões e enraizamentos em espaços públicos e privados.

Em termos metodológicos, a pesquisa enquadra-se no domínio dos estudos etnográficos não convencionais. Baseada no exame da vida cotidiana na cidade, prioriza notícias de jornais, registros de situação em condomínio, mensagens em redes sociais e manifestações políticas no espaço público e privado. Os lugares e as formas de tratamento do objeto adequam-se a uma postura analítica que trata da ubiquidade da teoria presente na vida diária, portanto, inseparável de uma prática de pesquisa. Desse modo, quando as associações entre política e ódio emergiram com intensidade, a compreensão de eventos como fatos etnográficos levou em conta as dimensões da cultura, privilegiando a “ação social, o contexto, a linguagem em ato, fazendo assim combinar objetivos teóricos-intelectuais com político-pragmáticos” (Peirano, 2006, p. 10).

As observações feitas antes e durante as campanhas presidenciais de 2018 e 2022 apontaram situações de hostilidade tanto no espaço público como no privado, aí incluindo-se micropráticas e expressões mais veladas do cotidiano (Pais, 2001). Estas, anotadas em um diário, consolidaram a tarefa imprescindível da pesquisa que Mills (1969) denominou de artesanato intelectual. Acontecimentos agressivos em espaços públicos e privados, registro de confronto de opiniões em jornais e redes sociais, linguagens e práticas de sociabilidade manifestas em polaridades políticas e evitações de convívio compõem o conjunto amplo de registros empíricos que fundamentou as reflexões e deu substância aos argumentos.

Uma das questões fundamentais desenvolvidas ao longo do artigo é a de que o deslocamento de ações políticas no tempo¹ e no espaço criou um solo fértil para a difusão e unificação de hostilidades radicais presentes em formas de agressão verbal e física realizadas de forma individual, coletiva e dirigidas a instituições. A categoria nativa *tempo da política* (Palmeira e Herédia, 1995) inicia os argumentos e subsidia a análise sobre as expressões temporais e espaciais de afetos hostis designados como ódio.

TEMPO E ESPAÇO DA POLÍTICA NO AGENCIAMENTO DOS AFETOS

As formulações de Palmeira e Herédia (1995) sobre o “tempo da política” abordam o momento das campanhas eleitorais como indicativo, mas não exclusivo de um calendário cronológico. Na condição de ritualizar disputas e afetos, eventos como comícios, reuniões e acontecimentos de campanha teatralizam as divisões e pertencimentos, instituindo modos de adesão e oposição aos postulantes à representação política.

Nesse intervalo de suspensão do cotidiano, a vida social passa, no *tempo da política*, a modular-se por sociabilidades similares aos do “tempo de festa”, com práticas configuradas pelos lados da disputa. Nas palavras dos autores:

Na verdade, as eleições definem um período crucial no calendário da população [...] como os eventos litúrgicos que se estendem da Quarta-Feira de Cinzas ao Domingo de Aleluia delimitam o “tempo da Quaresma”: as eleições abrem espaço para o tempo da política. [Palmeira e Herédia, 1995, p. 34]

1 Este artigo inspira-se nas pesquisas do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP PPGAS/Museu Nacional), cuja metodologia prioriza as interseções entre a *política* e outros domínios da vida social e cultural. Ver <http://nuap.etc.br>.

A análise antropológica desse período chama a atenção para uma forma de uso do tempo como dispositivo regulador de conflitos, alguns dos quais antagonizados entre facções políticas. Seguindo essa rota inspiradora, os pleitos eleitorais podem ser pensados também como moduladores de sentimentos, incluindo o ódio, preservando-se uma certa distância protetiva entre a política e os laços sociais vinculados ao parentesco e à amizade. Os eventos de campanhas eleitorais podem dividir-se na ocupação regulada de zonas públicas, evitando posições em confronto.²

O tempo de suspensão pressupõe, ainda, um sentido de “defluxo institucional”, a lembrar o que Lefort (1983) designou de “lugar vazio” para referir-se ao poder em sociedades democráticas onde os indivíduos ocupam funções, sem confundirem-se com elas. Essa vacância mais visível nas circunstâncias de disputas pela representação política produz o imaginário de renovação; eu acrescentaria, com a salvaguarda de condução regulada e pactuada do processo de escolha de representantes.

Prosseguindo nas significações temporais da política, é possível observar que as ritualidades eleitorais conformam uma economia simbólica de práticas, sentimentos e agenciamentos de manifestações cuja radicalidade se recompõe *quando passa o tempo da política*. Na impossibilidade de proteção de espaços afetivos que ficariam “imunes” à política, o intervalo de tempo é suportado *até que tudo volte à normalidade*. Nesse sentido, o “tempo da política” pode ser analiticamente encarado como um dispositivo regulador de afetos.

O aparecimento de “assuntos da política” em vários espaços da vida social nas situações pesquisadas conformou uma polaridade singular de posicionamentos. Em âmbito nacional, o desenrolar de ações políticas que se impuseram antes do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, mostra um calendário que alterou as temporalidades habituais da agenda política. Tudo se passa como se as eleições se antecipassem ou se prolongassem para além do calendário habitual. Analisando os efeitos amplos do ciclo de manifestações no período 2013-2018, Dullo (2022) também chama atenção para o alargamento do *tempo da política* que modificou a distinção entre a vida cotidiana e a vida extraordinária, alterando sociabilidades fora do momento da campanha eleitoral.

A prática de uma “campanha permanente” agenciada pelas redes sociais como forma de veicular opiniões e solidificar representações e afetos foi

2 Na campanha eleitoral para a prefeitura de Acaraú, município do estado do Ceará, em 1998, após o assassinato do prefeito, atribuído ao opositor eleitoral, a juíza proibiu manifestações simultâneas, fixando uma distância contabilizada em metros para as atividades de campanha nas ruas. Ver Barreira (2001; 2007).

amplamente fortalecida na era bolsonarista, embora já estivesse sendo gradativamente ampliada ao longo da conjuntura anterior (Souza, 2019).

Uma política além do *tempo da política* deu sequência a uma série de ocorrências que alimentaram antagonismos radicais, fertilizando expressões de ódio. É possível supor que as disputas políticas fora da temporalidade das eleições se tornaram solo fértil para o crescimento de antagonismos e conflitos em sociabilidades diversas. Se o tempo da política é um dispositivo acionador e regularizador de afetos, as dualidades foram sendo exacerbadas à moda de permanentes campanhas, nas ruas, redes sociais e espaços cotidianos, criando um efeito irradiador por meio de linguagens e pautas morais. Hostilidades, intolerâncias e diferentes formas de exclusão, incluindo a eliminação física de adversários, compuseram uma agenda ampla de acontecimentos. Nessa formulação, as adesões eleitorais extensivas no tempo, junto à ampliação de espaços de manifestação, transferiram dualidades para outros universos societários, reeditando oposições, cisões e polarizações de sentimentos.

A localização dos afetos no espaço e no tempo, na abordagem antropológica, soma-se à importância de tratar os sentimentos associando-os a situações culturais específicas, questão enfatizada por autores como (Bailey, 1983; Levy, 1984; Solomon, 1984; Abu-Lughod e Lutz, 1990). Tomar os afetos como discurso foi igualmente enfatizado em pesquisa sobre a trajetória analítica das interpretações de práticas afetivas (Lutz e Geoffrey, 1986), com a atenção para a necessidade de tratar as emoções como discurso que não separa corpo e mente, ou domínios caracterizados como “racional” e “irracional”. Argumentam os pesquisadores que mais do que uma parte específica das representações, as emoções são, em si mesmas, fatos sociais, linguagens que integram o mundo social. Trata-se de uma abordagem interessante, pois rompe com a ideia de essências transculturais e valoriza a referência a contextos de enunciação de discursos, símbolos e representações temporais e espaciais tais como foram recuperadas na pesquisa.

Em se tratando de uma pesquisa sobre o ódio, poder-se-ia acrescentar: é importante não pensar sua manifestação em abstrato, e sim observar o modo como as hostilidades se encarnam em lógicas de ação, envolvendo linguagens nativas e atores enraizados em determinadas situações, espaços e tempos da vida social. Expressões cotidianas de emoções radicais aparecem, por exemplo, nos estudos de Martins (2015) sobre os linchamentos públicos na sociedade brasileira, onde práticas violentas em resposta a ações consideradas dignas de castigo buscavam substituir a morosidade dos poderes jurídicos.

Inserir as emoções em um circuito relacional é, portanto, um dos pontos a serem considerados em uma proposta de investigação, verificando suas formas

expressivas e linguagens subjacentes. E é nesse sentido que Sirimarco e L’Hoste (2019) concebem os afetos, tendo como indicação metodológica a necessidade de realizar uma pergunta, não de ordem abstrata, mas dirigida a um determinado campo empírico. Trata-se, na situação pesquisada, de saber como determinados afetos geram adesões, dão substrato a reivindicações e promovem linguagens específicas no campo da política.

No escopo das reflexões sobre a política brasileira no período referido interessa, portanto, observar o modo como o ódio foi se enraizando e adentrando a vida pública e privada, promovendo dualidades, agenciamentos e linguagens dotadas de porta-vozes (Boltanski, 1990). Os exemplos e as circunstâncias apresentados a seguir permitem o aprofundamento das questões que direcionaram a pesquisa.

EPIS(ÓDIOS) E ESPAÇOS PÚBLICOS DE MANIFESTAÇÃO DO ÓDIO

As hostilidades políticas já presentes na sociedade brasileira antes dos pleitos eleitorais acentuaram-se na proximidade das disputas presidenciais de 2018. Às adesões políticas somaram-se pautas morais, religiosas e sanitárias, envolvendo espaços e lugares com sociabilidades distintas. É possível afirmar que duas chaves de leitura deram substância no Brasil às expressões públicas do ódio: o significante denominado corrupção e a construção imaginária de “inimigos a combater”³

O significante “corrupção”, desde o golpe de 2016 contra a presidente Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores, teve um poder imenso de irradiação nos meios de comunicação, denunciando “culpados” não julgados e responsabilizados pela compra indevida de apoio político. A corrupção, no contexto das manifestações de ódio, apareceu como algo encarnado exclusivamente em pessoas cuja eliminação simbólica da cena pública asseguraria a vigência de uma “limpeza moral”. Trata-se de uma argumentação que fortaleceu a crítica dirigida ao Partido dos Trabalhadores, junta ao descrédito nas instituições e no seu papel na regulação da vida social e política. O candidato Jair Bolsonaro foi apresentado, em 2018, como representante da política não maculada (Lopes, Albuquerque e Bezerra, 2020).

Hostilidades associadas a adesões políticas não passaram despercebidas aos registros jornalísticos. O jornal *O Povo*, periódico de maior circulação em Fortaleza-Ce, em matéria intitulada “O amor e o ódio na pauta da política”,

3 Sobre a disputa de sentidos nas manifestações públicas desde 2013, ver Pinto (2019).

referiu-se às cisões radicais entre afetos que dividem brasileiros:⁴ “Afastado há mais de seis anos do centro dos holofotes da política, o ex-presidente Lula continua dividindo brasileiros como nenhum outro político em atividade no cenário político nacional.”

No mesmo periódico, em momento posterior, o colunista Érico Firmo disse o seguinte: “Para entender Bolsonaro, é necessário compreender o momento em que vive o Brasil. É tempo de paixões e iras arrebatadoras, irracionais [...] Só uma coisa explica a força de Bolsonaro: o ódio.”⁵

Em espaços não midiáticos, mas dotados de poder de irradiação, o tema do ódio exemplificou-se no movimento Maçons pela Democracia, em 5 de outubro de 2018, que publicou o seguinte documento:

Candidato à presidência da República de extrema-direita, Jair Bolsonaro (PSL/RJ) é um político identificado por setores da mídia com as ideias do nazismo, fascismo, antissemitismo, misoginia, segregacionismo contra negros e grupos minoritários, que professa discurso do ódio, vinculado a prática da violência física como forma de obter a redução do conflito social, e que usa a religião e o nome de Deus como forma de obter consentimento eleitoral.⁶

As manifestações de ódio como ação política se apresentaram em outras situações e cidades brasileiras, a exemplo da quebra da placa erguida em homenagem a Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), defensora de direitos sociais de identidades estigmatizadas, assassinada em 14 de março de 2018. Na ocasião, o deputado Rodrigo Amorim, do Partido Social Liberal (PSL) do Rio de Janeiro, confesso autor da destruição da homenagem, pronunciou:

Marielle foi assassinada. Mais de 60 mil brasileiros morrem todos os anos. Eu vou dar uma notícia para vocês. Esses vagabundos, eles foram na Cinelândia, e à revelia de todo

4 Carlos Mazza, “Lula. O amor e o ódio na pauta política”, *O Povo*, maio de 2017. Disponível em <https://www.opovo.com.br/mais.opovo.com.br/jornal/dom/2017/05/Lula.-o-amor-e-o-odio-na-pauta-da-politica.html> [consultado em 20-01-2021].

5 Érico Firmo, “O que explica Bolsonaro”, *O Povo*, 29-06-2018, p. 10. Disponível em <https://mais.opovo.com.br/jornal/colunas/ericofirmo/2018/06/o-que-explica-bolsonaro.html> [consultado em 23-06-2021].

6 Maçons pela democracia, “Eleições 2018: Carta ao povo brasileiro contra o ódio, violência, desigualdade social, ignorância e desinformação”, *Jornal Grande Bahia*, 26-10-2018. Disponível em <https://jornalgrandebahia.com.br/2018/10/eleicoes-2018-carta-ao-povo-brasileiro-contr-o-odio-violencia-desigualdade-social-ignorancia-e-desinformacao-por-macons-pela-democracia/> [consultado em 25-06-2021].

mundo, eles pegaram uma placa da Praça Marechal Floriano, no Rio de Janeiro, e botaram uma placa escrito Rua Marielle Franco. Eu e Daniel essa semana fomos lá e quebramos a placa. Jair Bolsonaro sofreu um atentado contra a democracia⁷ e esses canalhas calaram a boca. Por isso, a gente vai varrer esses vagabundos [...] Agora é Bolsonaro, p***.⁸

A quebra da placa gerou grande rumor na imprensa e redes sociais, com ênfase na fragilidade da democracia e na luta contra os direitos de segmentos estigmatizados, dos quais a vítima era porta-voz. Posteriormente, a morte do mestre de capoeira Romualdo Rosário da Costa, conhecido como Moa do Katendê, ocorrida em 8 de outubro de 2018, em Salvador – Bahia, acentuou o debate sobre as manifestações de ódio e seus direcionamentos políticos. O inquérito policial concluiu: após Moa haver dito, em um bar, sua opção partidária pelo Partido dos Trabalhadores iniciou-se uma discussão com um dos frequentadores do local que culminou em assassinio.

O cenário eleitoral seguinte, que abrange a campanha eleitoral de 2022, continuou bastante conturbado em termos de polarização política e apresentou um teatro de acontecimentos mediado por hostilidades radicais. Entre 16 de agosto e fim do primeiro turno das eleições foram registrados 148 casos de violência eleitoral, significando uma média de três ataques por dia contra eleitores, candidatos, jornalistas e institutos de pesquisa (*Carta Capital*, 5-10-2022). A reportagem jornalística afirma que, em 36% das situações, o ataque foi cometido por adeptos de Jair Bolsonaro, sendo 8% adeptos do candidato Luís Inácio Lula (Partido dos Trabalhadores), ficando o restante dos agressores em posição indefinida.

A diversidade das ações de hostilidade no espaço público apresentou as seguintes características: ostentação de polaridades, apropriação e reversão de espacialidades, radicalização de sentimentos, marcação de territórios e saídas do país. Trata-se de categorizações não excludentes, vinculadas a ações individuais e coletivas que já vinham se constituindo ao longo do tempo e eram efetivadas principalmente nas ruas e instituições públicas.

A ostentação de polaridades refere-se à visibilidade radical de posicionamentos com apropriação e reversão de espacialidades, tanto pelo vínculo entre lugar físico e posicionamento como alteração de pertencimentos.

7 Referência à facada contra o candidato Jair Bolsonaro, ocorrida em ato de campanha em 6/09/2018, na cidade de Juiz de Fora – MG.

8 Fato ou fake, “É #fato que deputados eleitos pelo PSL quebraram placa com nome de Marielle Franco em comício de Wilson Witzel”, *O Globo*, 8-10-2018. Disponível em <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/08/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel.ghtml> [consultado em 5-03-2021].

Lugares onde as manifestações tinham a marca da “esquerda”, tais como as ruas e a universidade, passaram a ser ocupados por posicionamentos “contra os comunistas”.

As manifestações de ódio apontaram também reversões de espacialidade. A Universidade Federal do Ceará, reconhecida como local onde o pensamento crítico de esquerda tem morada longínqua, acolheu disputas entre adesões marcada por ameaças de hostilidades corporais. Anterior à campanha para as eleições presidenciais de 2018, um aluno do curso de Humanidades, inspetor de polícia, circulava no *campus* da referida universidade vestindo uma camisa com foto do candidato Jair Bolsonaro, pelo Partido Social Liberal. O fato gerou indignação entre os estudantes de Ciências Sociais, que se aproximaram do militante antagonista ao Partido dos Trabalhadores, iniciando, a partir desse momento, um ritual de trocas hostis. O inspetor, no contexto do bate-boca, filmou a cena e a utilizou no ano seguinte, em sua campanha para vereador, amparando-se em discurso contra a esquerda.

Outro acontecimento digno de registro ocorreu na ocasião em que alunas de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará estiveram em manifestação a favor do *impeachment* da ex-presidente pelo Partido dos Trabalhadores Dilma Roussef (2011-2016), com o objetivo de pesquisar sobre o crescimento da direita em Fortaleza. Percebidas como externas aos objetivos da manifestação, tais alunas foram agredidas verbalmente e ameaçadas de estupro quando tentavam fazer entrevistas com os manifestantes.

A radicalização de sentimentos pela força do coletivo sinalizou o processo que incluiu manifestações coletivas construídas no cenário precedente ao momento eleitoral. Acusações de corrupção contra o Partido dos Trabalhadores foram largamente difundidas nos meios de comunicação, fortalecendo manifestações públicas coletivas, desde 2013, com discursos baseados em preceitos morais (Alonso, 2017; Chirio, 2021; Pinto, 2019). Destaca-se que as manifestações de rua já vinham demonstrando com vigor a ostentação das dualidades. Narrativas concorrentes incluíram os protestos contra o *impeachment* da Presidente Dilma Roussef e as mobilizações a favor da deposição do cargo da primeira mulher eleita presidente do Brasil, acusada de conivência contra as supostas corrupções do Partido dos Trabalhadores. Os confrontos sinalizaram oposições em territórios com públicos demarcados nos quais identidades políticas exigiam reconhecimento de um dos lados.

As polaridades nas ruas ostentaram uma linguagem performática feita de músicas e palavras de ordem. Gestualidades corporais peculiares ou *memes* difundidos em redes sociais passaram a compor “os dois lados” da divisão que perpassou um conjunto amplo de mobilizações cidadinas, estendendo-se até as campanhas eleitorais.

Os espaços expressivos das diferenças sinalizaram performances que diferem dos movimentos sociais característicos da época da redemocratização brasileira (1980-1988). Se naquele momento os atores sociais demandavam transformações relacionadas a direitos sociais, o *estar nas ruas*, no período pesquisado, passou a significar a adesão significativa a um posicionamento público e político. Antes monopolizadas por correntes identificadas com as esquerdas, as ruas e praças tornaram-se no país espaço expressivo de afetos polarizados, instituindo o lugar onde coletivos disputavam sentidos.

O perfil dos manifestantes no Brasil, traçado na pesquisa feita por Esther Solano, Pablo Ortellado e Márcio Ribeiro (2019), revela a presença de um grupo identificado com a direita, coeso na acusação de corrupção dirigida ao PT, além de críticas a políticas de inclusão social. A espacialidade das ações públicas em Fortaleza-Ce seguiu o mesmo modelo de demarcação, estendendo-se até o tempo da campanha eleitoral. As ações reativas às agressões racistas e misóginas atribuídas ao candidato Jair Bolsonaro, em 2018, tiveram forte visibilidade na manifestação liderada por mulheres. Uma breve descrição de eventos com posturas opostas ilustra as divisões no espaço público e a marcação de territórios.

O bairro Praia de Iracema, situado na orla próxima ao centro da cidade, foi palco da manifestação intitulada “Ele não”. O ato, ocorrido em 29 de setembro de 2018, reuniu cerca de 15 mil pessoas em protesto, ao som da música conhecida como símbolo da luta contra o fascismo: “Uma manhã eu acordei, e ecoava ele não... Somos mulheres, a resistência de um Brasil sem fascismo e sem horror, vamos à luta, pra derrotar o ódio e pregar o amor.”

Outra manifestação política contrária ao movimento “Ele não” realizou-se na Praça Portugal, situada no bairro Aldeota de classe média alta, local onde o público a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff costumava realizar atos públicos. Em 21 de outubro de 2018, um evento de adesão ao candidato Jair Bolsonaro exibiu participantes com camisas verde-amarelo com gritos de palavras de ordem como “Fora PT, meu partido é o Brasil. Viva o mito, Bolsonaro presidente”.

A repartição espacial com uma espécie de carimbo das adesões atenta contra a presença de conteúdos impessoais associados a uma cultura objetiva que, na visão de Simmel (2004), caracteriza a vida urbana. É possível pensar que as expressões políticas polarizadas, ao lado da magia das identificações, reeditam tensões entre opções individuais e prescrições universais. Ainda refletindo com o teórico da cidade a respeito das formas urbanas de sociabilidade, as adesões políticas sob o império das construções binárias parecem seguir os percursos da moda. Esta é entendida como “a integração dos indivíduos com seus iguais no mesmo círculo, estando a unidade do círculo caracterizada por

estes e, portanto, o isolamento deste grupo face aos que lhe são inferiores, que ficam caracterizados como não fazendo parte dele” (Simmel, 2004, p. 99).

Nas manifestações de rua, o uso de distintivos que permitia reconhecer “quem é quem” repôs uma espécie de carteira de identidade no espaço público. Foi quando foram observadas situações de rejeição ou adesão, a partir da proximidade ou presença de pessoas no interior de um evento.

As manifestações implicam, também, formas de envolvimento (Goffman, 2010) tendo em vista o idioma das aparências que compõe o universo performático dos gestos e das palavras. O fato de agrupamentos autoidentificados como direita usarem palavras de ordem e incitamento verbal dirigidos aos *inimigos* traz um ponto importante à reflexão. As ruas congregaram o lugar de uma linguagem performática, supostamente avessa às instituições. A existência de mobilizações *a favor de Bolsonaro* chamou atenção pela tentativa de mostrar a *força das ruas* como expressiva de uma atuação exemplar, sem a interferência de mediações institucionais. Uma faixa exposta em manifestação pública durante a campanha de Jair Bolsonaro, em 2018, ilustra bem a questão: “Quem pode mais? Os três poderes ou o povo unido?”

Polaridades e estratégias de enfrentamento promoveram ainda territórios indutores da disseminação do ódio oxigenado pelas redes sociais e por linguagens acusatórias que podem ser denominadas de vociferações (Dias, 2020). O uso das ruas com palavras de ordem e expressão corporal evocou sentimentos anti-institucionais caracterizados pelo ódio. A marcação territorial radicalizou-se pela força de grupos em espaços públicos reforçados nas redes sociais.

A saída do país representou simbolicamente a expressão radical da impossibilidade de convivência, que foi exemplificada em dois exemplos paradigmáticos. Trata-se da renúncia ao mandato de deputado federal, por parte de Jean Wyllys (PSOL), que deixou o país após ser ameaçado de morte, alegando perseguição política desde o assassinio de Marielle Franco. O parlamentar a favor das minorias sociais foi alvo de grupos conservadores (*Correio Brasileiro*, 24-01-2019). Na mesma condição de ameaça, a antropóloga da Universidade de Brasília Débora Diniz já havia deixado o país em 2018, após receber agressões difundidas em meios virtuais por defender os direitos reprodutivos de mulheres.

É importante destacar que as eleições de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, foram mediadas pelo discurso da “democracia contra o ódio”. Uma semana após a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula, houve a depredação dos prédios dos três poderes e a invasão do Congresso Nacional, em Brasília, realizada por adeptos do ex-presidente Jair Bolsonaro em tentativa de desmoralizar as instituições e oportunizar a tentativa de golpe.

Os espaços públicos não constituíram o lugar exclusivo de expressão das polaridades. Conflitos familiares ou tensões entre amizades transformaram a política em divisor de águas. Os afetos adversos apontaram continuidade das disputas eleitorais por outros meios, *invadindo* ou subvertendo espaços sociais onde usualmente a política evita se manifestar.

ÓDIO E POLÍTICA NO ESPAÇO PRIVADO

Em vários locais de moradia, no período próximo às eleições presidenciais de 2022, as adesões às candidaturas se exprimiam em gestos e cores. Das janelas de edifícios ou casas em condomínio era possível observar o verde-amarelo da bandeira nacional, a mostrar o apoio ao candidato Jair Bolsonaro, contra o vermelho menos ostensivo dos apoiadores de Luiz Inácio Lula da Silva. Boatos sobre a ameaça de agressão recomendavam cautela na explicitação de posicionamentos da esquerda. O uso de adesivos em carros se tornou mais raro, havendo relatos de situações nas quais veículos com identificação de apoio ao PT foram danificados por apoiadores do candidato Jair Messias Bolsonaro.

Exemplo significativo recolhido em observações de pesquisa registra o encadeamento de polarizações associadas à política que transitaram para o mundo privado. Um condomínio de classe média alta, situado em zona praiana, a 35 km da área urbana da capital do Ceará, considerado refúgio de lazer, costuma ser denominado pelos moradores de *Nosso Oásis*. Com 35 000 metros quadrados de área de piscinas e localização defronte ao mar, a ideia de construir um *cohousing* foi ganhando sentido entre habitantes interessados em instituir o lugar de futura residência permanente. O sistema de comunicação entre moradores, por meio de interações presenciais e uso de *WhatsApp* não ficou isento às divisões nos meses próximos às eleições e se transfeririam a outros momentos. As hostilidades crescentes entre os frequentadores da chamada “família do Havaí” disseminaram-se em circunstâncias presenciais, ampliando-se mais ostensivamente na troca de mensagens em aplicativos.

Os *assuntos da política*, considerados por alguns um tema alheio aos requisitos práticos de uma administração, geraram reclamações e saídas de participantes do aplicativo oficial. Criou-se, então, outro conjunto alternativo de participantes em rede que iria se ater apenas aos *problemas do condomínio*. O novo grupo, mesmo havendo assumido a condição de desviar-se de *discussões políticas*, deu continuidade a polêmicas. Estas politicamente reeditada nas opiniões sobre o uso de vacinas contra a Covid-19, necessidade de *lockdowns* e explicações sobre a origem do vírus. As discussões reproduziam disputas entre narrativas que ligavam temas do cotidiano à agenda política.

O posicionamento do chefe do executivo federal, contrário ao uso de vacina, e as opiniões contra ou a favor do confinamento recomendado pelo governador do Ceará, pertencente ao PT, tornavam o debate uma opção imediatamente política. Se as irradiações do ódio convergiram na escolha de candidaturas, as ações de militantes de redes e suas justificativas atravessaram as mensagens difundidas no condomínio. Nelas estiveram presentes interpretações religiosas, visões sobre a moralidade, sexualidade, noções de justiça, opiniões sobre armamento, versões sobre o funcionamento das instituições e muitas outras opiniões difusas sem unidade coerente.

Além de posicionamentos difundidos em mensagens, outras polaridades diretas passaram a fazer parte de sociabilidades cotidianas a exemplo de familiares afastados do convívio do condomínio por conta de adesões políticas.

Se alguns argumentos fundamentavam-se no princípio de que não valeria a pena romper os laços de parentesco e de amizade “por conta da política”, outros alegavam não ser possível continuar mantendo relações com adeptos do governo Bolsonaro: “Não posso ser amigo dessa pessoa em respeito ao meu modo de pensar.” Os rompimentos familiares e de amizade que pontuaram outras situações vigentes no país incluíram também casamentos desfeitos por razões semelhantes.

Situação trágica e emblemática ocorreu no dia 9 de julho de 2022, em condomínio privado localizado em Foz do Iguaçu, no Paraná. Na ocasião em que o dirigente do PT Marcelo Arruda comemorava aniversário de 50 anos, com decoração alusiva ao candidato Lula, foi assassinado por um invasor bolsonarista confesso (<https://noticias.uol.com.br>). As palavras que antecederam ao disparo – “Aqui é Bolsonaro” –, proferidas em tom ameaçador, foram reconhecidas nos meios de comunicação como episódio significativo da violência política, considerado preocupante por sua ocorrência em local de condomínio privado, antes mesmo do deflagrar da campanha eleitoral de 2022.

Algumas características definem os antagonismos em espacialidade privada: expressões duradouras de ódio, efeitos de posicionamentos políticos nas relações de parentesco e amizade, evitações, cancelamentos, xingamentos e embaralhamento de espaços sociais e políticos.

Se as adesões partidárias supõem convivência entre posicionamentos diferentes, essa condição foi pouco tolerada na família pois gerava manifestações de ódio duradouras que continuaram após o período eleitoral. A mesma situação foi extensiva a relações de amizade e casamentos. Os mecanismos de evitação, cancelamentos em redes e xingamentos alteraram as trocas parentais e de amizade que se submeteram a mecanismos classificatórios baseados em posicionamentos políticos. No campo dos afetos familiares, onde as discussões políticas costumam comparecer de forma sutil, ou travestidas por outros

assuntos, a polaridade de posicionamentos teve efeitos decisivos sobre encontros e desencontros.

As manifestações hostis, suas distintas espacialidades e formas de interação apontam a existência do que pode ser denominado por uma gramática política feita de representações sobre o poder e os modos de funcionamento da vida social. A questão tratada a seguir busca refletir sobre a travessia de expressões e linguagens que povoaram distintas sociabilidades e identificações indutoras de dualidades com características do que pode ser designado como populismo.

A GRAMÁTICA DO ÓDIO, POLARIDADES E POPULISMO

O discurso de ódio não é exclusivo da realidade brasileira. Conhecido como *hate speech*, generalizou-se em diferentes contextos, sendo objeto de um recurso normativo baseado em relatórios da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2015), órgão encarregado de observar a grave violação dos direitos humanos.

O que foi denominado de ódio em falas, escritos e ações vigentes na política brasileira contemplou uma variedade de sentidos. Neles incluíram-se assassinios, ameaças de morte, agressões verbais, físicas e diversas formas de exclusão simbólica aliadas ao campo da política.

Com maior ou menor grau de hostilidade, as palavras, os *memes* e a difusão de notícias, comentários e *fake news* tornaram-se marcadores de posicionamentos, significando também o que Machado e Miskolci (2019, p. 955) denominaram de “gramática moral”. Trata-se de um conjunto de expressões e linguagens que se propõem realizar “uma cruzada saneadora” exemplificada na “luta contra a corrupção”.

No contexto acusatório assegurado pela Operação Lava-Jato,⁹ envolvendo juristas e processos de investigação que professavam a “limpeza da corrupção” nas instituições, difundiu-se a retórica da “neutra justiça”, assegurando que os “inimigos da corrupção” passariam por investigações, o que evitaria a tendenciosidade inerente à desacreditada política. É possível dizer que a corrupção no Brasil se tornou um princípio exclusivo de explicação sobre o funcionamento da *sociedade*, não objetivada em instituições e seus mecanismos de representação, mas vista como somatória de indivíduos tomados em si

9 A Operação Lava Jato consistiu em um conjunto de investigações, algumas controversas, realizadas pela Polícia Federal que cumpriu mais de mil mandatos de busca e apreensão, implicando prisão preventiva e condução coercitiva que visavam apurar esquemas de corrupção atribuídos ao governo do PT.

mesmos, com intenções e índoles diversas com ação similar ao sistema mítico ritual da eliminação de adversários (Bourdieu, 1989).

Sabendo-se que as práticas de corrupção não são novidade no Brasil (Bezerra, 2021) é possível constatar que a narrativa judicial acionada com a operação Lava-Jato,¹⁰ contribuiu mais para polarizar os julgamentos, separando a “boa” e “má” política, do que para assegurar condições coercitivas e inibidoras. Os considerados porta-vozes da corrupção tornaram-se figurados nos inimigos, os estrangeiros, ou o mal a combater (Gusmão, 2019). E não custa lembrar que muitos golpes de Estado foram tecidos na América Latina em nome da ordem e da moral.

O imaginário dos *comunistas destruidores da ordem* ou dos *inimigos da moral* faz pensar sobre os mecanismos psíquicos e sociais que instituem um espaço de combate. A personificação do ódio foi endereçada a “culpados” considerados capazes de destruir a economia, os bons costumes, a família ou, ao contrário, “salvar a nação”. Para setores identificados com o presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), o *perigo vermelho*, a ameaça de perdas econômicas, o chamado ódio de classe, a rejeição à mobilidade social e o protagonismo de minorias com direito à fala atuaram como dispositivos de exclusão.

O ódio produziu no Brasil uma espécie de simplificação de discursos operando a partir de classificações exclusivas. A ideia de que a eliminação do “inimigo” traria de volta a paz faz lembrar o “mito do complô” analisado por Girardet (1987). Ressalte-se que a criação de um *outro*, o inimigo, serve para o fortalecimento das identificações grupais. Em termos morais, o ódio pode dirigir-se à categoria de estigmatizados: *drogados, prostitutas, preguiçosos, vagabundos, pervertidos, homossexuais* etc. Na Europa e Estados Unidos, o ódio figurou-se ao longo da história nos migrantes, vítimas de processos de fragilização de pertencimentos. Eclodiram ainda, nos Estados Unidos, eventos de racismo e reações contra resultados eleitorais que opuseram sentimentos para além das regras democráticas estabelecidas. A oposição entre “nós” e “eles” foi também observada em Portugal, instituindo uma geografia do descontentamento que deu substância a motivações identitárias presentes em processos eleitorais recentes (Madeira *et al.*, 2023).

Na concepção dualizada (nós-eles), as versões se tornam aversões. Os discursos tendem a se explicitar no interior de segmentos fechados, induzindo o que Mouffe (2018) denominou por identidades coletivas a integrar a versão

10 A operação controversa conhecida por Lava Jato reuniu um conjunto de investigações com mandados de busca e apreensão realizadas pela Polícia Federal. O objetivo era investigar suposto esquema de lavagem de dinheiro. O nome da operação deve-se ao fato de que um posto de combustíveis era usado para movimentar valores ilícitos.

polarizada entre “os de baixo” e os “de cima” característica de várias formas de populismo. A junção de significantes provenientes de lugares sociais distintos coaduna-se também com a reflexão de Laclau (2005) sobre a capacidade da lógica populista de unir pontos de vista diferentes tornados equivalentes em momentos estratégicos.

Entendendo o populismo não apenas como ideologia dotada de um corpo de noções, mas como um tipo especial de linguagem política (Kazin, 1998), observa-se ser a visão binária uma das suas características, presente na oposição entre “povo e elite”, excluindo a capacidade de deliberar segundo um estatuto de compromissos coletivos (Rosanvallon, 2011).

Pensando na recomposição do populismo nos tempos atuais, Cesarino (2020) considera que o sistema líder-povo, em sua versão tradicional, foi substituído por um aparato digital indutor de imagens fractais que produziu equivalências entre indivíduos originalmente desconectados, formando polaridades através de bolhas sociais. Na formulação antagônica do amigo *versus* inimigo, retomada da teoria política de Carl Smith pela autora, o *WhatsApp* substituiu a esfera pública, criando a gramática polarizada dos seguintes termos: limpeza ou sujeira, patriotas e não-patriotas, beleza e feiura, ordem e desordem.

Ressalte-se que as redes sociais ampliaram e difundiram discursos metafóricos desencaixados, criando outro tipo de articulação para além de uma dimensão unificadora, ampliando a expressividade “dos de baixo” serem ouvidos, estimulando o descrédito nas figuras de autoridade e cultivo à irreverência (Barros e Lago, 2022). Deram, portanto, suporte às polarizações, viabilizando ações conectivas (Bennet e Segerberg, 2012) ou protestos em nuvem (Milan, 2015). Tornaram-se, a cada dia, um veículo que ignora o tema da veracidade acolhendo notícias repassadas sem o constrangimento imposto pela presença física do outro (Dullo *et al.*, 2023).

As vociferações e seus modos de dicção excluem a presença de determinados sujeitos, designados como *outros*, criando agressões classificatórias que se eximem de argumentos, pois se referem a um lugar posicionado de forma exclusiva no espaço dos antagonismos (Kiffer e Giorgi, 2019; Dias, 2012, 2020).

Ilustro essa reflexão com um exemplo resumido de uma mensagem que circulou nas redes sociais logo após as eleições de 2022 no Brasil. A justaposição de opiniões pode ser vista como significativa de uma gramática moral e política que mobilizou afetos e polaridades.

“Que fique claro!!!

- Sou conservador, favorável ao livre mercado, Estado mínimo, ou seja, de direita;
- Sou frontalmente contra o foro privilegiado;

- Lula é ladrão e um cínico insuportável;
- Não gosto do pessoal bandido do PSOL, PT, PDT, MDB, PSDB, DEM etc;
- As universidades públicas estão infestadas de comunistas e riquinhos estudando de graça;
- Tenho consciência de que o comunismo, antes de fracassar, já matou 115 milhões, bem mais que no nazismo, por isso se equiparam;
- Bandido não é vítima da sociedade;
- Pedofilia não é doença, É CRIME;
- Sou pró-família;
- Sou a favor do trabalho do detento;
- Sou contra a erotização de crianças;
- Sou a favor de acabar com todo e qualquer privilégio da classe política;
- Cotas, só se for cota social (pobreza);
- Sou a favor da Lei Maria da Penha e do Zé Coitado;
- Direitos humanos devem ter o foco na vítima, bandido tem lei carcerária para ser cumprida;
- Policiais e professores deveriam ganhar mais do que deputados e senadores, mas para fazerem justiça e ensinar, e não para fazer política;
- O feminismo NÃO protege a mulher;
- Pra mim só existe uma raça, a humana; logo, somos todos iguais;
- Sou antivitimistas;
- Sou a favor da prisão após condenação em segunda instância;
- Sou a favor da posse de arma para cidadão de bem;
- Sobre casamento civil entre gays, quem tem que aceitar é quem foi pedido em casamento ou em namoro. Eu sou aquele que RESPEITA;
- Sou contra indivíduos trans competirem na mesma modalidade esportiva que mulheres. Acho que precisam abrir uma categoria trans;
- Sou contra esses mesmos indivíduos frequentarem banheiros femininos;
- Sou a favor do fim da maioridade penal. Se tem idade pra cometer crime, tem idade pra pagar por ele;
- Sou a favor da educação e não do exagero do “politicamente correto”.

A mensagem apresenta uma espécie de carteira de identidade do emissor no estilo tipo-ideal weberiano, abrangendo um conjunto amplo de posicionamentos que incluem temas em discussão na época tais como identidades de gênero, raça, segurança, educação sexual, judiciário e política na universidade. Trata-se de um roteiro de opiniões, formulado na expressão “contra ou a favor”, a operar como espécie de linha divisória que se reflete em posicionamentos políticos a abranger ainda outros espaços da vida social.

Adesões e polaridades significativas podem ser vistas como lutas pela classificação e interpretação do mundo social (Bourdieu, 1989). Sintetizam

também um discurso do ódio que “fere” e se endereça a outros, criando situações performáticas (Butler, 2021). Tudo se passa como se as pessoas julgassem a política a partir de parâmetros da vida cotidiana em situações binárias. As fronteiras da política diluem-se com outras esferas da vida social.

Uma das consequências mais importantes do agenciamento do ódio nas redes sociais refere-se ao cultivo permanente de hostilidades onde ocorrem disputas sobre visões de mundo, o que torna os sentimentos armas simbólicas de exclusão e permanente construção de inimigos.

Os exemplos e argumentos até então formulados suscitam um olhar para os aportes teóricos da pesquisa capaz de levar em conta as articulações entre ódio e política nas ciências sociais.

POLÍTICA E ÓDIO - ENCONTROS ENTRE TEORIA E PESQUISA

O vínculo entre ódio e política está presente nas ciências sociais desde os clássicos. Weber (1998) referia-se ao *caráter demoníaco da política*, aludindo a sua natureza trágica, em tensão permanente com a ética. Sem utilizar o conceito de inconsciente, o sociólogo alemão referia-se ao *mundo eticamente irracional*, habitado pelo reino da força e do poder a promover tensões entre ações, considerando-se os meios e os fins nas diversas situações. Ultrapassando o terreno da moral, Weber avaliou a importância de contextualizar condutas e representações dos atores sociais objetivadas em dinâmicas institucionais.

Os aportes da psicanálise consideram a presença do inconsciente na construção da vida social e verificam a força coletiva dos mitos na domesticação do ódio. A alteridade oriunda da morte do pai ditador sinalizaria o momento no qual os irmãos abdicam da guerra entre si e observam as tarefas de regulação da ordem social. O totem teria a função simbólica de evocar o mito fundador do laço social e da política como metáfora da interdição da autoridade absoluta (Freud, 2017). A disputa permanente entre sentimentos contraditórios e regulações atravessaria diferentes contextos por ser constitutiva da vida coletiva.

Se os processos sociais vinculados ao ódio não se apresentam exclusivamente na política, é na pólis que as paixões se encontram endereçadas às instituições, sinalizando pontos de controle para os “excessos”. Em *O processo civilizador*, Elias (1990) atenta para a existência da violência em um tempo de longa duração, gradativamente monopolizada pelo Estado. A construção de uma civilidade implicaria a incorporação de regras sociais, passando os recursos de controle centralizados no Estado diretamente para os indivíduos organizados em relações de interdependência. O processo civilizador seria, portanto, inseparável do fluxo de sentimentos e abriria possibilidades de pensar sobre

as expressões de ódio e suas formas de circulação. Situações em rota contrária ao processo civilizatório que perduram no tempo foram também tratadas pelo autor como exemplo da resistência de incivilidades, sob o signo das pulsões no sentido freudiano.

Entre os historiadores, as reflexões sobre o ódio tiveram um lugar expressivo. Autores como Ansart (1983), Chauvaud (2014) e Prochasson (2005), entre outros, analisaram a expressão dos sentimentos ao longo do tempo e as potencialidades de sua reprodução em diversos contextos.

As formas do ódio cristalizadas em regimes políticos e instituições autoritárias foram retomadas na crítica ao totalitarismo. Hannah Arendt (1978) abordou a violência do nazismo, seus efeitos sobre o extermínio físico de parte da população judia e examinou as formas de produção do ódio associadas ao antisemitismo. Os temas da intolerância e as possibilidades de convivência coletiva foram igualmente enfatizados por Habermas (2012) em sua análise sobre o agir comunicativo como suposto de pretensões de validade do discurso, em contraponto à racionalidade instrumental. Ainda sob o princípio democrático de respeito às diferenças, o processo de reconhecimento do outro subsidiou teorias democráticas baseadas na crítica aos sistemas burocráticos do Estado (Honneth, 2003).

As múltiplas vertentes explicativas sobre ódio, seja pelo lado da história, dos mitos, da comunicação intersubjetiva ou da eficácia democrática das instituições, apontam a existência de conflitos que perduram no tempo, destacando-se no horizonte das reflexões o sonho liberal de uma política não destrutiva.

Menos crente na virtualidade dialógica da esfera pública no sentido de Habermas, ou civilidade em Elias, Carl Schmitt (1972) referiu-se à política como sendo ontologicamente baseada nas dimensões de potência e construção antagônica do amigo e do inimigo.

Essas formulações de ordem mais abstrata ou estrutural, aqui apresentadas de forma não aprofundada dadas as limitações deste artigo, foram retomadas no Brasil no intuito de entender as hostilidades emergentes no cenário político do período pesquisado.

No âmbito acadêmico brasileiro, o tema do ódio teve ressonâncias que merecem ser enunciadas. Em congressos realizados no Brasil nos últimos oito anos encontram-se textos sobre a conjuntura política nacional contendo a palavra ódio nas áreas de literatura, sociologia, antropologia, comunicação, psicologia, direito, ciência política e psicanálise. Observa-se, igualmente, a incidência dessa temática em livros, artigos, ensaios e pesquisas, apontando os vínculos entre o discurso do ódio e a política.

Está além do escopo dessa análise um tratamento exaustivo das publicações. Basta notar que alguns compêndios difundidos em livrarias e redes

sociais, ostentando a palavra ódio desde o título, ilustram a visibilidade do tema. A coletânea¹¹ *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*, organizada por Solano (2018) se propôs a analisar, com base em enfoques de autores distintos, práticas conservadoras no Brasil, situando o momento do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

A crítica à democracia e suas dificuldades de consolidação foram tratadas em alguns trabalhos, a exemplo do livro de Jacques Rancière (2017), *O ódio à democracia*, que examina as tensões do regime democrático e as dificuldades de medidas coletivas em um universo desigual. Leandro Karnal (2017), na edição *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*, expõe fatos históricos que se contrapõem ao lema do Brasil como país cordial. País com desigualdades seculares, como atesta Jessé de Souza (2017, p. 67), que se desvinculam de uma associação imediata entre ódio e conjuntura política: “O ódio ao pobre de hoje em dia é a continuação do ódio ao escravo de antes.”

A relação entre ódio e redes sociais foi também apontada em livros e artigos voltados para entender as formas de comunicação que influenciam não só as eleições como visões de mundo articuladas à política cotidiana (Santos, 2016; Martins, 2019; Empoli, 2019; Sponholz, 2020; Cesarino, 2020 etc). Destacam-se também, no tratamento do tema, considerações sobre a ruptura de pactos civilizatórios e o surgimento de linguagens performáticas observadas em vociferações contendo preconceitos de gênero e etnia, a exemplo do livro *Ódio político e políticas do ódio: lutas, gestos e escritas do presente* (Kiffer e Giorgi, 2019), *Os nomes do ódio* (Romano, 2009) e *O discurso da estupidez* (Dias, 2020).

O jornalismo literário acolheu algumas publicações: *A Máquina do ódio: nota de uma repórter sobre fake news e violência digital* (Mello, 2020) ou *Nós, sobreviventes do ódio, crônicas de um País devastado* (Serra, 2023).

Uma análise completa da bibliografia que tomou o ódio como referência analítica está além dos limites deste artigo. Importa, entretanto, destacar que parte significativa das abordagens sobre o ódio nas obras citadas apresenta os seguintes conteúdos:

1. Ascensão da direita e crescimento de valores não civilizatórios.
2. Mídias e *fake news* no comando das informações sobre a política.
3. Intolerâncias em relação a pautas identitárias.
4. Emergência de lideranças populistas e descrença nas instituições.

De modo geral, os escritos sinalizam diferentes articulações entre sentimentos e contextos socio-históricos. Aproximando a lupa na observação de

11 Ver especificamente o capítulo de Luiz Felipe Miguel (2018, pp. 17-26).

situações concretas, torna-se relevante pensar na importância de analisar a presença do ódio na política cotidiana, mesmo em sociedades democráticas. Trata-se de verificar como as dinâmicas sociais do ódio se articulam a valores e percepções sobre a política, tendo em conta a observação de situações concretas: os lugares e as formas como os sentimentos hostis vão tomando corpo nos espaços públicos ou privados.

Essa foi a via analítica percorrida na investigação, o que permitiu incorporar os sentimentos não como resíduos a serem ignorados, mas como parte relevante das práticas sociais e políticas no período pesquisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo expôs e analisou registros de manifestações de ódio, verificando algumas de suas ressonâncias no campo da política. A categoria *tempo da política* mostrou-se significativa para pensar a ampliação simbólica do período eleitoral e sua contribuição para uma radicalidade dos afetos fora do calendário habitual. Sem a regulação temporal das disputas, as hostilidades transitaram para espaços outros extensivos a amizades e relações familiares. A incidência dos afetos nas manifestações políticas permitiu observar suas expressões temporais e espaciais. Ressalte-se que a incidência do ódio em momentos eleitorais não é novidade na disputa entre facções, geralmente situadas em posições de antagonismo radical (Bezerra, 2001). O que se apresenta como novidade na situação analisada é a extensividade temporal e espacial de hostilidades. Abrir essa via de análise possibilitou verificar a confluência de ações mobilizadas dentro e fora do “tempo da política”, salientando-se ainda o papel significativo das redes sociais na consolidação de coletivos polarizados.

A ideia de que o deslocamento espacial dos afetos serviu de reforço e cultivo ao ódio permitiu observar as ruas onde normalmente os protestos são repertoriados como palco de divisões. As redes sociais, a moradia e suas formas de sociabilidade ademais atravessadas por polaridades, com práticas de hostilidade e exclusão. A espacialidade do ódio implicou evitações de frequência a determinados locais e marcação de adesões como território de identidades, o que modificou o sentido de diversidade que comporta o espaço urbano.

Os exemplos expostos no artigo mostraram os lugares físicos e suas apropriações simbólicas. O ódio analisado como parte de um conjunto de sentimentos alimentou-se da disputa polarizada e evocou reflexões sobre as formas de sociabilidade em situações de antagonismo, tais como foram apresentadas. Assim, foi possível perceber, nos exemplos arrolados, as agressões físicas e simbólicas que atravessaram um espaço dual, com dificuldades de mediação, reeditando a ideia de uma campanha política permanentemente acionada e

eivada de elementos populistas. Nessa perspectiva, os enraizamentos do ódio na política, tal como foram apresentados, podem também ser interpretados como incivildades, considerando-se a recusa ao papel das mediações institucionais.

As explicações que atribuem os eventos expressivos de ódio exclusivamente ao “crescimento da direita” omitem a importância de examinar uma gramática de significados cujo *modus operandi* abrange sentimentos e espaços de sociabilidade. Gramática feita de formulações acusatórias e simplificação dos mecanismos de funcionamento da vida social reproduzidos de forma acrítica em redes sociais e meios de comunicação de massa: a “construção do inimigo”, a “salvação da nação”, a “culpa do sistema”. Nessa direção, o ódio se alia a uma política do significado que adentrou ambientes vários da vida social, subvertendo saberes e espaços societários. Outros conflitos cotidianos baseados em visões de mundo sobre a saúde, o meio ambiente e a amizade agregaram-se a posicionamentos políticos como partes de um léxico baseado em hostilidades polarizadas.

O artigo apontou ainda para a visão personalizada sobre o funcionamento da vida social que permeia o senso comum, tornando as enunciações de ódio exemplos de uma desobjetivação das estruturas, em ruptura com o sentido simbólico de representação coletiva que elas contêm. O manejo de hostilidades radicais, nos exemplos trabalhados no artigo, reflete um não reconhecimento do papel das instituições como mediadoras de práticas e demandas sociais. As agressões ao sistema representativo figuradas na invasão do Congresso em 2023, após as eleições, com destruição de obras de arte, os assassinios e as ameaças registradas no período pesquisado evocam práticas efetivadas na contramão de um processo histórico civilizador pautado em ações e discursos acusatórios que pretendem corrigir por conta própria os “malefícios do sistema”.

Constatou também a pesquisa que o ódio se alimenta relacionalmente, considerando a eficácia analítica de expressões cotidianas que reiteram a metodologia sugerida por Lutz e White (1986) ou de Sirimaco e L’Hoste (2019), baseada no exame sobre a capacidade de os sentimentos aglutinarem posicionamentos em determinados locais e circunstâncias. Nesse sentido, foi também possível relacionar emoções e contextos sociais, verificando de que modo vai sendo construído um solo fértil para o plantio das ações de intolerância e rompimento de regras de convivência historicamente construídas.

As manifestações discursivas e os agenciamentos do ódio na política abrem possibilidades de uma agenda de pesquisa capaz de incorporar novos contextos e espaços societários baseados em aportes interdisciplinares. Sob quais justificativas os afetos são acionados, de que forma e onde se manifestam,

constitui uma chave de leitura interessante que a antropologia, assim como a sociologia, podem incorporar em suas análises, descrevendo as dinâmicas sociais dos sentimentos e seus contextos de referência. As emoções, na sequência desses argumentos, seriam vistas em sua função múltipla de dramatizar, reforçar ou alterar práticas de poder que se organizam na vida social e política. Uma antropologia da política que incorpora os afetos como categoria analítica aborda contextos de mobilização e símbolos acionados por atores sociais como porta-vozes de sentimentos.

Importa, finalmente, destacar que as ideologias interferem eficazmente quando conseguem mobilizar sentimentos e crenças, sendo o ódio uma referência analítica importante que ultrapassa a condição de uma categoria residual de comportamentos individuais e coletivos. Os agenciamentos, discursos e dualidades promovidas pelo ódio no campo da política não totalizam de forma conclusiva as reflexões, antes abrem espaços importantes capazes de serem enriquecidos em novas abordagens comparativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, L., LUTZ, C. A. (1990), "Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life". In L. Abu-Lughod, C. A. Lutz (eds.), *Language and the Politics of Emotion*, Cambridge, MA, Cambridge University Press, pp. 1-23.
- ALONSO, Â. (2017), *A política das ruas. Protestos em São Paulo: de Dilma a Temer*, Novos Estudos Cebrap, Volume Dinâmicas da Crise, pp. 49-58.
- ANSART, P. (1983), *La gestion des passions politiques*, Lausana, L'Âge d'homme.
- ARENDT, H. (1978), *O sistema totalitário*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BAILEY, F. G. (1983), *The Tactical Uses of Passion: An Essay on Power, Reason and Reality*, Ithaca, NY, Cornell University Press.
- BARREIRA, I. A. F. (2001), "Política, memória e espaço público: A via dos sentimentos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (46), pp. 97-117.
- BARREIRA, I. A. F. (2007), "A eficácia simbólica da memória e seus limites". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22 (63), pp. 93-105.
- BARROS, T. Z. de, LAGO, M. (2022), *De que falamos quando falamos de populismo*, São Paulo, Companhia das Letras.
- BENNETT, W. L., SERGERBERG, A. (2012), "The logic of connective Action – Digital media and the personalization of contentious politics". *Information, Communications and Society*, 15 (5), pp.739-768.
- BEZERRA, M. O. (2021), "Combate à corrupção, conflitos políticos e a tecedura do *impeachment* de Dilma Rousseff". In D. Cunha, R. Nabuco e M. Chirio, *Crise política e virada conservadora no Brasil (2014-2018): O abismo brasileiro no espelho do mundo*, Curitiba, Appris Editora, pp. 15-47.
- BOLTANSKI, L. (1990), *L'amour et la justice comme compétences*, Paris, Folio Essais/ Galimard.
- BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.

- BUTLER, J. (2021), *Discurso de ódio, uma política do performático*, São Paulo, Editora Unesp.
- CESARINO, L. (2020), “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. *Internet & Sociedade*, 1 (1). <https://revista.internetlab.org.br/serifocomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/> [consultado em 20-10-2023].
- CHAUVAUD, F. (2014), “Histoire de la haine, une passion funeste 1830-1930”, Rennes, Presses universitaires des Rennes. Disponível em <http://books.openedition.org> [consultado em 21-11-2023].
- CHIRIO, M. (2021), “Qual uso da rua pela direita? Considerações acerca da inscrição histórica e memorial das manifestações a favor do impeachment de 2016”. In D. Cunha, R. Nabuco e M. Chirio, *Crise política e virada conservadora no Brasil (2014-2018): o abismo brasileiro no espelho do mundo*, Curitiba, Appris Editora, pp. 67-79.
- DIAS, M. M. (2012), *Os ódios: clínica e política do psicanalista*, São Paulo, Iluminuras.
- DIAS, M. M. (2020), *O discurso da estupidez*, São Paulo, Iluminuras.
- DULLO, E. (2022), “A political ritual without closure: serial liminality and the escalation of conflict in Brazil’s street demonstrations”, *Bulletin of Latin American Research*, 41 (5), 695-709. <https://doi.org/10.1111/blar.13236>.
- DULLO, E., HATZIKIDI, K., CESARINO, L. (2023), “Por uma antropologia da democracia – e de seus desafios”. *Horizontes Antropológicos*, 29 (65), pp. 1-31.
- ELIAS, N. (1990), *O processo civilizador, uma história dos costumes*, vol. 1, trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- EMPOLI, G. da (2019), *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*, trad. A. Bloch, São Paulo, Vestígio.
- FATO OU FAKE (2018), “É #fato que deputados eleitos pelo PSL quebraram placa com nome de Marielle Franco em comício de Wilson Witzel”, *O Globo*, 8-10-2018. Disponível em <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/08/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel.ghtml> [consultado em 5-3-2021].
- FIRMO, É. (2018), “O que explica Bolsonaro”, *O Povo*, 29-06-2018. Disponível em <https://mais.opovo.com.br/jornal/colunas/ericofirmo/2018/06/0-que-explica-bolsonaro.html> [consultado em 23-06-2021].
- FRA – Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2015), “O crime de ódio na União Europeia”. Disponível em https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra-factsheet_hate-crime_pt_final.pdf [consultado em 20-6-2021].
- FREUD, S. (1983), *Psicologia das massas e análise do eu*, São Paulo, Brasiliense.
- GALLEGO, S. E. (2018), *O ódio como política, A reinvenção das direitas no Brasil*, São Paulo, Boitempo.
- GIRARDET, R. (1987), *Mitos e mitologias políticas*, São Paulo, Companhia das Letras.
- GOFFMAN, E. (2010), *Comportamento em lugares públicos*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- GUSMÃO, E. H. A. de (2019), “Notas sobre o ódio em tempo de crise: configurações nacionais”. *Revista Antropológicas*, 30 (2). Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaantropologicas/article/view/245248> [consultado em 20-11-2023].
- HABERMAS, J. (2012), *Teoria do agir comunicativo*, vol.1, São Paulo, WMF Martins Fontes.
- HONNETH, A. (2003), *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, Rio de Janeiro, Editora 34.

- KARNAL, L. (2017), *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Rio de Janeiro, Leya.
- KAZIN, M. (1998), *The Populist Persuasion, An American History*, Ithaca, NY, Cornell University Press.
- KIFFER, A., GIORGI, G. (2019), *Ódio político e políticas do ódio: lutas, gestos e escritas do presente*, Rio de Janeiro, Bazar do tempo.
- LACLAU, E. (2005), *La razón populista*, trad. Soledad Laclau, Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica de Argentina.
- LEFORT, C. (1983), *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*, São Paulo, Brasiliense.
- LÉVI -STRAUSS, C. (1970), *O pensamento selvagem*, São Paulo, Cia Nacional e Edusp.
- LEVY, R. I. (1984), "Emotion, knowing and culture". In R. A. Shweder e Robert A. Le Vine, *Culture Theory: Essays on Mind, Self and Emotion*, Cambridge, MA, Cambridge University Press, pp. 214-237.
- LOPES, M., ALBUQUERQUE, G., BEZERRA, G. (2020), "'2018, a batalha final': Lava Jato e Bolsonaro em uma campanha anticorrupção e antissistema". *Civitas, Revista de Ciências Sociais*, 20 (3), pp. 377-389.
- LUTZ, C., WHITE, G. M. (1986), "The anthropology of emotions". In *Annual Review Anthropology*, 15 (1), pp. 405-436. <https://doi.org/10.1146/annurev.an.15.100186.002201>.
- MACHADO, J., MISKOLCI, R. (2019), "Das jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira". *Sociologia e Antropologia*, 9 (3), pp. 945-970.
- MAÇONS PELA DEMOCRACIA (2018), "Eleições 2018: Carta ao povo brasileiro contra o ódio, violência, desigualdade social, ignorância e desinformação", *Jornal Grande Bahia*, 26-10-2018. Disponível em <https://jornalgrandebahia.com.br/2018/10/eleicoes-2018-carta-ao-povo-brasileiro-contra-o-odio-violencia-desigualdade-social-ignorancia-e-desinformacao-por-macons-pela-democracia/> [consultado em 25-06-2021].
- MADEIRA, P. M. F., SILVA, K., MALHEIROS, J. (2023), "A geografia da direita nacionalista em Portugal: contornos de um processo emergente". *Caderno Metrópole*, 23 (51), pp. 469-498. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5102>.
- MARTINS, A. C. L. (2019), "O discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M". *Revista Direito GV*, 15 (1), e190. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201905>.
- MARTINS, J. S. (2015), *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*, São Paulo, Contexto.
- MELLO, P. C. (2020), *A máquina do ódio: nota de uma repórter sobre fake news e violência digital*, São Paulo, Companhia das Letras.
- MIGUEL, L. F. (2018), "A reemergência da direita brasileira". In E. Solano, *O ódio como política, a reinvenção das direitas no Brasil*, São Paulo, Boitempo, pp. 17-26.
- MILLAN, S. (2015). When Algorithms Shape Collective Action: Social Media and the Dynamics of Cloud Protesting. *Social Media + Society*, 1 (2). Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2882035.
- MILLS, C. W. (1969), *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MOUFFE, C. (2018), *For a Left Populism*, Londres, Verso.
- PAIS, J. M. (2001), *Vida cotidiana, enigmas e revelações*, São Paulo, Cortez.
- PALMEIRA, M., HERÉDIA, B. (1995), "Os comícios e a política de facções". *Anuário Antropológico/94*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 31-94.
- PEIRANO, M. (2006), *A teoria vivida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- PINTO, C. R. (2019), "A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)". In E. Solano, C. Rocha, *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 15-53.

- PROCHASSON, C. (2005), “Emoções e política, primeiras aproximações”, *Varia História* 21 (34), pp. 305-324.
- RANCIÈRE, J. (2017), *O ódio à democracia*, trad. M. Echalar, São Paulo, Boitempo.
- ROMANO, R. (2009), *Os nomes do ódio*, São Paulo, Perspectiva.
- ROSANVALLON, P. (2011), “Penser le populisme”. *La vie des idées*, Disponível em <https://lavieideas.fr/penser-lepopulisme.html> [consultado em 20-11-2023].
- SANTOS, M. A. M. (2016), *O discurso do ódio em redes sociais*, São Paulo, Lura Editorial.
- SCHMITT, C. (1972), *La notion de politique*, Paris: Calmann-Lévy.
- SERRA, C. (2023), *Nós, sobreviventes do ódio. Crônicas de um País devastado*, Rio de Janeiro, Máquina de Livros.
- SIMMEL, G. (2004), *Fidelidade e gratidão e outros textos*, Lisboa, Relógio d’Água.
- SIRIMARCO, M., L’HOSTE, A. S. (2019), “Antropología y emoción: reflexiones sobre campos empíricos, perspectivas de análisis y obstáculos epistemológicos”. *Horizontes Antropológicos*, 25 (54), pp. 299-322.
- SOLANO, E., ORTELLADO, P., RIBEIRO, M. (2019), “2016: o ano da polarização”. In E. Solano, *As direitas nas redes e nas ruas, a crise política no Brasil*, São Paulo, Expressão Popular, pp. 91-120.
- SOLOMON, R. C. (1984), “Getting Angry: The Jamesian Theory of Emotion in Anthropology”. In R. A. Shweder e R. A. Le Vine, *Culture Theory: Essays on Mind, Self and Emotion*, Cambridge, MA, Cambridge University Press, pp. 238-254.
- SOUZA, I. J. (2019), “Bem antes da eleição: Uma análise da campanha permanente promovida por Bolsonaro durante a 55.ª legislatura (2015-2018)”. *Compólitica* 8.
- SOUZA, J. de (2017), *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*, Rio de Janeiro, Leya.
- SPONHOLZ, L. (2020), “O papel do discurso de ódio (online) na ascensão da extrema-direita: um aporte teórico”. *Confluências. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 22 (3), pp. 220-243.
- WEBER, M. (1998), *Ciência e política. Duas vocações*, São Paulo, Editora Cultrix.

Recebido em 26-06-2023. Aceite para publicação em 17-02-2025.

BARREIRA, I. A. (2026), “Ódio e tempo da política – agenciamentos, discursos e dualidades”. *Análise Social*, 258, LXI (1.º), e45418. <https://doi.org/10.31447/45418>.

Irllys Alencar F. Barreira » irllys.firmo@gmail.com » Universidade Federal do Ceará » Rua Pereira Valente, 1194, apto 800, Meireles — CEP 60160-250 Fortaleza, CE, Brasil » <https://orcid.org/0000-0002-3964-946x>.
